



Saúde Coletiva

ISSN: 1806-3365

editorial@saudecoletiva.com.br

Editorial Bolina

Brasil

MARRONI, DENIZE

O problema de nossos índios

Saúde Coletiva, vol. 3, núm. 9, 2006, p. 7

Editorial Bolina

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84222222001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Ensaios em Saúde Coletiva

O problema de nossos índios

DENIZE MARRONI

Doutora em Enfermagem. Coordenadora do Curso de Enfermagem Centro Universitário de Santo André (UNIA). Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Ítalo Brasileira.

As pessoas interessadas em conhecer mais a respeito dos índios brasileiros estão diante de um abismo cultural e terão que se contentar com uma bibliografia rala, quando não preconceituosa ou desinformada. Apesar do interesse da mídia pelos índios nos últimos anos, o que se informa e, portanto, o que se consome sobre o assunto, são fatos fragmentados, histórias superficiais e imagens genéricas, enormemente empobrecedoras da realidade.

Embora cada vez mais presentes, ainda são poucos os canais e espaços para a expressão diretamente indígena no cenário cultural e político do país. Via de regra, vivendo em locais de difícil acesso, com tradições basicamente orais de comunicação, as diferentes etnias encontram barreiras para se expressar livremente com o mundo dos não-índios. Seus pontos de vista são tomados, geralmente, fora dos contextos onde vivem, mediados por intérpretes freqüentemente precários, e registrados como fragmentos na língua portuguesa.

Os índios ainda permanecem acucados, desterrados, subjugados. De senhores de imenso território, hoje reduzidos a moradores empobrecidos em terras reservadas. Mas resistindo e reorganizando-se pacientemente como grupo social diferenciado, afirmando-se apesar de tudo, sua identidade étnica.

É imprescindível contar com uma clara política compensatória por parte do Estado, que faça valer na prática os direitos constitucionais e valorize a sociodiversidade nativa e a sua correlação com a biodiversidade.

Os avanços trazidos pela Constituição de 1988, reconhecendo os direitos sociais, culturais, políticos e territoriais não se traduziram em garantias e melhorias efetivas aos índios, pois parte significativa de suas terras ainda não foi demarcada.

Não é possível considerar o índio como ser isolado, alheio e até arredo ao mundo que o cerca. É inegável que, como qualquer conjunto de indivíduos, desejarão os mesmos benefícios tecnológicos e econômicos. Por isto, uma vez feito o contato e daí o irreversível choque cultural, deve-se estimular o ingresso monetário através do desenvolvimento de uma atividade que se harmonize com sua cultura e com o meio ambiente. Deve-se garantir que tenham condições de saúde, sociais, econômicas e políticas de absorver as novidades que vêm do contato com o não índio, da forma como lhes parecer mais adequada.

Para que qualquer programa que venha ser proposto para melhorias na atenção à saúde tornem-se efetivas não basta apenas alguns profissionais estarem empenhados na proposta.

O comprometimento deve ser amplo. O entendimento do que vem a ser o outro, na sua plenitude é necessário para a construção de um sistema que dê conta das reais necessidades da comunidade envolvida e culturalmente apropriado.

Gasta-se muito dinheiro e gasta-se mal, e o pior, sem que praticamente as comunidades indígenas estejam satisfeitas e devidamente assistidas. A crise é de um modelo de assistência à saúde baseado no cientificismo e no biologicismo, que no seu desenvolvimento desconsidera completamente os aspectos sociais e culturais envolvidos.

Os problemas de saúde da população em geral e principalmente a população indígena não serão resolvidos com a simples alocação de mais recursos financeiros. Isto vem ao encontro com noticiários veiculados a todo o momento na mídia, como foi o caso recente publicado na Folha de São Paulo, dando conta que o programa contra a fome não é eficaz à população indígena. A taxa de desnutrição entre as crianças índias de até 6 anos e 11 meses é 126,3% maior do que entre as não índias da mesma faixa etária. Seis em cada cem crianças não índias são desnutridas. Entre as índias a taxa é de aproximadamente 13,6%. Outros dados ainda indicam que a mortalidade infantil entre os índios é 115,5% maior entre os não índios. A fome ocorre principalmente nas reservas indígenas próximas às zonas urbanas, e que, há décadas, já não sobrevivem da caça e da pesca (Folha de São Paulo 17 nov. 2002).

É claro diante do quadro acima que as ações implantadas até então, são incongruentes para estas comunidades. Tentar transformar o índio em agricultores ou qualquer outra coisa, quando estes são tradicionalmente caçadores, coletores e pescadores é uma tarefa que além de ser autoritária e ineficaz não considera mais uma vez a cultura deste povo.

Não se pode transformar a participação da sociedade em palavra vazia. Se não for superado o modelo individualizante e quase exclusivamente curativo que ainda persiste, qualquer proposta de intervenção à saúde que possa ser feita representará apenas mais uma frustrada tentativa de racionalização do sistema de saúde atual.

É preciso criar programas específicos de atendimento à saúde que atendam as reais necessidades das sociedades indígenas considerando antes de qualquer imposição a sua cultura, valores e especificidades destes povos. Somente com o conhecimento mais profundo de sua origem, seus hábitos seu modo de entender a vida é que se pode propor qualquer intervenção que venha ao encontro às realidades das mais diversas comunidades indígenas de nosso país.